



## AOS ASPIRANTES<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Palavras dirigidas aos Aspirantes em 12 de novembro de 2015.

*Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref)  
João Baptista Torrents Gomes Pereira<sup>2</sup>*

Honrado pelo convite do Comandante desta Escola para proferir esta alocução, de pronto, aceitei-o, pois o recebi, também, como uma homenagem, que partilho com todos os ex-Combatentes da Marinha, os que já se foram e os aqui presentes, especialmente com os meus companheiros da Turma Beauclair, EN 1943, e

<sup>2</sup> O Comandante João Batista (EN 1943) é submarinista especializado no Brasil e nos Estados Unidos. Participou da Segunda Guerra Mundial embarcado em contratorpedeiros e no submarino “Humaitá”, em missões de Patrulhamento de Guerra. Pelos serviços prestados, recebeu a Medalha de Serviços de Guerra da Marinha e a Medalha da Vitória do Ministério da Defesa. Durante os 30 anos de serviço na MB, serviu em diversos navios e OMs de terra, tendo exercido o cargo de Comandante do Submarino “Bahia”, Comandante do Corpo de Aspirantes da Escola Naval e Comandante do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão.

Recebeu elogios e prêmios pecuniários pela cessão dos seus direitos de propriedade e de uso de inventos de sua autoria como o Calculador de Ângulo de Lançamento para Torpedos, Calculador de Salva Divergente para Torpedos e Simulador de Propulsão para Submarinos. Dentre as diversas condecorações que possui destacam-se: Medalha de Operações da OEA; Medalha Humanitária de Ouro por Bravura em Salvamento de Vidas no Mar, do Ministério da Justiça; Medalha da Legião do Mérito do Exército dos Estados Unidos; Ordem do Mérito Naval; e Ordem do Mérito Militar. O Comandante é Bacharel em Direito e em Administração, títulos que o habilitaram a exercer diversas atividades no meio civil.

com todos os demais, que por motivos imperiosos ou de saúde aqui não puderam comparecer.

Para os ex-Combatentes da Marinha do Brasil e da Marinha Mercante Brasileira, esta homenagem que a Escola Naval presta anualmente, já incorporada ao calendário do Corpo de Aspirantes, merece o mais auspicioso reconhecimento, pela demonstração explícita de que seus feitos e sacrifícios não foram esquecidos pelas gerações que os sucederam. Em nome de todos eles, o nosso profundo agradecimento, Sr. Almirante.

Infelizmente, levados a uma guerra que nunca desejamos e para a qual não estávamos preparados, ao seu final, em 2 de setembro de 1945, com a rendição incondicional do JAPÃO, tivemos a lamentar a perda de 1.457 mortos no mar, dos quais 502 de militares do Exército e civis, 469 da Marinha Mercante e de 486 da Marinha de Guerra, além de trinta e quatro navios mercantes e três navios de guerra: a Corveta “Camaquã”, o Navio Auxiliar “Vital de Oliveira” e o Cruzador “Bahia”.

Nos tristes eventos ocorridos, foram incontáveis os episódios de bravura, desprendimento e heroísmo praticados pelos homens do mar da nossa Marinha Mer-

cante, que, muitas vezes, excedendo os limites de suas obrigações, arriscaram e até mesmo perderam a própria vida, honrando os ditames da Lei do Mar, no salvamento de passageiros, especialmente de mulheres e de crianças. A meu ver, deve a Pátria a esses heróis anônimos o perene reconhecimento pela sua heroica atuação.

Como exemplo, lembre-se que em 1942 o nosso Navio Mercante “Baependi” transportava do Paraná para o Nordeste um Grupo de Artilharia do Exército, sob o Comando do Tenente-Coronel Landelico de Albuquerque Lima, seus familiares e outros passageiros. Nas costas de Alagoas, o navio foi traiçoeiramente atacado por um *U-Boat* alemão, que o afundou com um torpedo.

Para a nossa Marinha, a Segunda Guerra Mundial apresentou aspectos singulares que merecem, mesmo após tanto tempo, especial atenção: para a Marinha Mercante, ela começou antes mesmo do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e a Itália, em 28 de janeiro de 1942, ocasionado, principalmente, pelo ataque a navios mercantes brasileiros no Mediterrâneo, sem qualquer justificativa plausível, e terminou em meados de 1945, quando, vencida a ameaça de submarinos no nosso Teatro de Operações do Atlântico, foi suspensa a formação de comboios e liberada a navegação em “zigzag”, mas mantido o silêncio rádio, a navegação às escuras e as guarnições das peças de artilharia a bordo dos navios; para a Marinha de Guerra, as operações navais de vigilância e patrulhamento de guerra no mar se podem dar como efetivamente iniciadas no princípio de 1942 e prosseguiram até 24 de setembro de 1945, quando foi desativada a operação de apoio e resgate dos aviões da Força Aérea do Exército Americano, na Ponte Aérea Dakar – Natal, onde ela era responsável pelas Estações Navais números 13, 14 e 15, das 16 existentes.

Foi nesse andar que, em 31 de agosto de 1942, o Governo Brasileiro, reconhecendo a existência do Estado de Guerra com a Alemanha e a Itália, decorrente do torpedeamento de dezenas de navios mercantes nacionais, inclusive em águas territoriais brasileiras, em

tráfico de cabotagem e, atendendo, também, justificado e veemente clamor popular, não vislumbrou outra opção, abdicou de sua neutralidade e se incorporou ao conjunto de Nações Aliadas que as combatiam.

Foram criados, então, na Marinha de Guerra, a Força Naval do Nordeste, sob o comando do Vice-Almirante Alfredo Carlos Soares Dutra, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial, e o grupo de patrulha sul, posteriormente transformado na Força Naval do Sul, sob o comando do Contra-Almirante Octávio Figueiredo de Medeiros, com limite de atuação geográfico em áreas contíguas, no paralelo do Rio de Janeiro e estruturadas para operações conjuntas com a quarta esquadra americana, à qual se incorporaram, com especial ênfase às ações antissubmarino e de proteção ao tráfego marítimo no Atlântico Sul.

A Declaração de Guerra da Alemanha aos Estados Unidos, em 11 de dezembro de 1941, sem dúvidas, precipitou a decisão da Alemanha de atacar os navios mercantes nacionais, sob o pretexto de que eram eles supridores de materiais para seu novo inimigo, o que realmente acontecia. O Brasil não declarou guerra aos seus agressores, foi forçado a reconhecer a sua existência pelas sucessivas agressões de que era vítima.

Entre as medidas tomadas se realçam as de envio dos Encouraçados “São Paulo” e “Minas Gerais” do Rio para Recife e Salvador, respectivamente, onde, de-

vidamente posicionados, passaram a integrar a defesa costeira das cidades, precária até então, cada um com sua potente bateria principal de doze canhões de 305 mm, além da bateria secundária de 120 mm, muito apropriados para a missão que lhes fora atribuída.

## MISSÃO CUMPRIDA

A partir de 1943, estreitaram-se ainda mais os laços das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos, principalmente com o importante encontro de Roosevelt com Vargas em Natal, ocorrido em 29 de janeiro. De imediato, ficou acertada com os Estados Unidos,



Comandante João Baptista  
no Caça Jaguarão

mediante protocolo oficial entre os governos envolvidos, sob a eficiente coordenação do Chanceler Oswaldo Aranha, a efetiva participação da Marinha no combate aos submarinos do eixo no novo Teatro de Operações, em íntima colaboração com a Quarta Esquadra Americana, participando de comboios e de outras medidas de proteção ao tráfego marítimo na área ao sul de Trinidad, com a finalidade precípua de assegurar aos Aliados a continuidade do fluxo de materiais estratégicos.

Para atendimento das novas responsabilidades assumidas, os americanos se comprometeram a transferir para a Marinha Brasileira oito contratorpedeiros de escolta, de propulsão diesel-elétrica, oito caça-submarinos de casco de ferro e oito caça-submarinos de casco de madeira, todos de propulsão diesel, proporcionando, também, o treinamento de suas guarnições a bordo de seus navios e bases, fornecendo ainda os canhões necessários a armar os navios mercantes brasileiros, empenhados nas operações, ficando sob a responsabilidade brasileira guarnecer, com pessoal militar treinado, as peças de artilharia embarcadas.

Essa pequena Esquadra, para nós de grande valia, começou a chegar no princípio de 1944 e constituiu importante e primordial reforço para o cumprimento das ampliadas e novas missões atribuídas à nossa Marinha.

## A ESCOLA NAVAL

Na Escola Naval, de imediato e especificamente, além das medidas de segurança acauteladoras de ordem geral implantadas no Rio de Janeiro, foram instaladas no “Pátio dos Canhões” duas peças de artilharia, permanentemente guarnecidas, conteiráveis para a entrada da baía. Ao mesmo tempo, com uma das suas extremidades ancorada nesta Escola e a outra no outro lado da baía, na ilha de Gragoatá, foi colocada uma rede submersa metálica que bloqueava o acesso ao seu canal, que, permanecendo sempre fechada, só era aberta para a passagem de embarcações autorizadas, com o auxílio de um rebocador. Sua segurança era feita por lanchas dotadas de metralhadora e de bombas de profundidade, para pronto uso.

O ingresso de Aspirantes da Turma EN 1942 se processou normalmente, com cerca de setenta novos Aspirantes admitidos no Curso Prévio. Diferentemente dela, profundas alterações se fizeram necessárias nas demais turmas do Curso Superior, do primeiro ao quarto ano, para acelerar a formação de novos Oficiais, com a compressão da duração do curso de formação

de cinco para quatro anos, com implantação imediata, extinguindo-se o quarto ano escolar e suprimindo-se a Viagem de Instrução para os Guardas-Marinha.

Foi assim que a Turma EN 1939 – Langsch Dutra – teve sua formatura antecipada de dezembro para julho de 1943. Para abrir espaço para o ingresso da primeira Turma da Guerra, com 164 novos Aspirantes, admitidos a partir de abril de 1943, os Aspirantes do quarto ano, da Turma de 1939, foram desalojados da EN e embarcados e municiados no NE “Almirante Saldanha”, atracado no AMRJ, deslocando-se eles diariamente, de lancha, para a EN, apenas para atendimento de suas atividades acadêmicas de aulas e provas. Para os Aspirantes da Turma de 1943, adaptaram-se alojamentos coletivos na EN, para aqueles restantes que não puderam ser acomodados em camarotes, mesmo depois que eles tiveram sua lotação aumentada para quatro Aspirantes.

A rotina do Aspirante era singela: alvorada às 05:30, café, estudo obrigatório, faxina, pequeno almoço às 07:30, Bandeira, parada, desfile, aulas ou provas, almoço às 12:00, mais aulas e, após, prática de exercícios físicos e esporte. Em seguida, jantar, recreação, estudo obrigatório e silêncio, às 21:30. Às quartas-feiras, não havia aulas, reservadas que eram para embarque em navios de patrulha e instrução e em outros da Esquadra.

Sábado pela manhã, rotinas diversas, inclusive Ordem Unida com marcha prolongada e almoço às 12:00. O licenciamento era às 13:00, depois do almoço. O regresso até domingo, das 21:30 até as 23:00. Ah! Ia me esquecendo do uniforme: jaquetão ou branco fechado, espadim e luvas e corte de cabelo rente, no regulamento.

Na Escola Naval, atropelado por uma rotina acadêmica rigorosa, o Aspirante vivia o dilema de estudar ou estudar, num mutirão de esforço contínuo em que os colegas mais bem classificados se esforçavam com aulas extras aos mais necessitados, na tentativa de livrá-los dos exames de segunda época, da repetição de ano ou até mesmo do desligamento da Escola.

À medida que as Turmas iam se formando e partindo para o embarque imediato a bordo dos navios empenhados em operações, era difícil de ocultar, nos que ficavam, a frustração de não poder segui-los, para participar mais eficazmente do esforço de guerra. A justa ansiedade já se projetava na mente de cada um, na dúvida se o que se pretendia, de fato, era que a guerra se prolongasse mais ou que o curso terminasse antes de seu término. Os Aspirantes do Corpo da Armada das Turmas EN 1942 e 1943 perderam essa corrida.

## ASPIRANTES

Mais uma vez, parafraseando Napoleão, junto às pirâmides do Egito, quero lembrar-lhes, do alto desta tribuna, que já três gerações nos contemplam, desde que, na guerra, aos dezesseis anos, adentrei os históricos portões desta saudosa Escola Naval, ainda em trajes civis, para me incorporar ao 3º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do Batalhão Escolar, como integrante da Turma EN 1943, preparando-nos para a Cerimônia de Juramento à Bandeira, na tradicional solenidade do dia 11 de junho, que se aproximava. Não consigo, até hoje, com palavras, expressar a imensa felicidade e o orgulho que se apossaram de todos nós. Era como se tivéssemos encontrado o paraíso na terra. Eu gostaria de ter hoje a importância que eu julgava que tinha àquela época.

De novo, volto à Escola Naval, numa incontrolável compulsão, enquanto dirijo agora minhas palavras especialmente a vocês, Aspirantes, meu pensamento viaja no tempo para projetá-los na década de 2030, com a hercúlea responsabilidade de, como Almirantes, comandarem a Marinha. Estejam certos, ela não será nem melhor nem maior do que vocês o forem. É nessa trajetória no tempo que vocês, ano após ano, Comissão após Comissão, irão construir, cada um, sua própria Carreira Naval, da qual sempre hão de se orgulhar.

Mas não se iludam, nos mares que irão navegar, nos céus que irão voar, nas profundezas das águas que irão mergulhar e nas trilhas que irão caminhar, nem tudo serão flores: nem sempre as águas serão tranquilas, os ventos serão brandos, a temperatura será amena e o terreno será de fácil progressão. Momentos de adversidade e fraqueza certamente virão e se, em algum deles, o desânimo estiver prestes a minar sua determinação de prosseguir, inspirem-se nos exemplos de seus maiores, em especial nos dos ex-Combatentes da nossa Marinha, que jamais faltaram ao cumprimento de suas obrigações para

com a Pátria, até o sacrifício máximo, para que jamais paire em suas mentes qualquer dúvida sobre a certeza do dever cumprido, maior recompensa que um marinheiro pode vir a merecer na inatividade.

Aceitamos como válida, entre tantas outras, a definição acadêmica de que o Poder é a capacidade de exercer pressão, contra antagonismos e adversidades. Embora entendido como uno, ele se manifesta nos campos social, econômico, político ou militar, mas não se dissocia da íntima interdependência de suas expressões. Seu crescimento, ainda que não ocorra no País atualmente, induz ao necessário reconhecimento

que todo incremento de Poder é passível de surgimento de antagonismos que a ele possam se opor, com a conseqüente geração de possíveis conflitos a serem enfrentados, interna e ou externamente. Daí a imprescindível análise contínua da sua estrutura pelos Militares, para que o preparo de sua componente militar possa propiciar, a tempo, a neutralização de tais antagonismos, se ineficazes todos os outros elementos institucionais de persuasão.

Desde 1945 não enfrentamos nenhuma situação de guerra, decorrente de ataques externos, mesmo porque nunca praticamos qualquer ato hostil que lhes pudesse dar causa. Geograficamente, todas nossas fronteiras terrestres estão demarcadas e ratificadas por tratados diplomáticos, sem dúvidas, sequelas ou ambições hegemônicas, fatores

preponderantes desta prolongada convivência pacífica que mantemos, por mais de século, com nossos irmãos vizinhos. Militarmente, apenas estivemos envolvidos com nossos contingentes como integrantes de Forças de Paz, da ONU e da OEA. Assim foi em Suez, Congo, Angola, República Dominicana e, agora, por mais tempo, no Haiti.

Nossa geração militar se credita por essa auspiciosa constatação histórica. A atual conturbada conjuntura internacional e os exemplos da História nos autorizam a acreditar que essa situação se torne cada vez mais estável e perdure a longo prazo, indefinidamente?



Comandante João Baptista  
no Submarino Tamoio

- SE QUERES PAZ, PREPARA-TE PARA A GUERRA;
- NÃO FAÇAS A GUERRA; e a última e mais importante:
- NÃO PERCAS A GUERRA.

Esta trilogia, de milenar conhecimento, eu adoto como importante referência conceitual e os exorto a fazerem o mesmo; ela, cada vez mais, reafirma sua validade, com a análise corrente dos fatos que envolvem a História da Humanidade.

Vale lembrar que não há Democracia sem Liberdade, mas não há Liberdade sem Segurança; e são as Forças Armadas os últimos instrumentos que, devidamente estruturadas e equipadas, fundadas no Patriotismo, na Hierarquia e na Disciplina, seus imprescindíveis pilares básicos, poderão garantir a Segurança necessária ao exercício da Liberdade e da Democracia em qualquer Nação Livre que se sinta ameaçada em sua Integridade. Para a necessária harmonização dos três princípios que compõem cada uma das trilogias acima, invocamos o da imprescindível Responsabilidade, tão difícil de se fixar, especialmente quando se coteja, em nossa Carta Magna de 1988 a grande disparidade existente entre os Direitos e Deveres nela estatuídos.

É assim que caminha a Humanidade, até agora sem encontrar um rumo certo para o combate eficaz ao novo desafio do insano, terrível e desumano terrorismo religioso islâmico, que se expande mundo afora, a ferro e fogo, espalhando o pavor e o ódio, fundado em teocracia retrógrada e exótica, que o mundo moderno repudia. Nossos oleodutos e gasodutos, lançados no fundo de nossas águas, emergem na nossa costa, prosseguindo na sua missão de condutores de nosso ouro negro ou de nosso gás, até as refinarias ou centros de consumo, geradores de nosso progresso e desenvolvimento.

Cabe à Marinha do Brasil a responsabilidade de proteger e defender o Teatro de Operações de todas essas atividades, garantindo o fluxo normal e continuado do seu imprescindível suprimento, propiciando, sempre que necessário, com eficácia e oportunidade, o necessário grau de segurança adequado, imprescindível ao bom desempenho de nossas Frotas Mercantes no mar, parte integrante e importante do nosso Poder Marítimo. E, observem, nem mencionamos as suas responsabilidades pertinentes às Plataformas Marítimas de gás e óleo e às grandes bacias lacustres e fluviais navegáveis, especialmente a da Amazônia, ainda tão descuidada e já tão internacionalmente cobiçada. Na crise de água doce, cuja existência já não se pode mais

desconhecer, somos peça de invulgar importância, por nossos vastos mananciais aquíferos superficiais e subterrâneos, no equacionamento de qualquer solução que possa ser aventada.

Em vocês, Aspirantes, que, voluntariamente, abraçaram a Carreira das Armas no Mar e se iniciam nesta gigantesca jornada cívica, nós, velhos ex-Combatentes, já centenários, nonagenários e octogenários, na plenitude da nossa quarta idade, depositamos a inabalável confiança que saberão conduzir o Brasil e a Marinha na direção de seus altos destinos, em lugar de relevo, cada vez alto, no concerto das nações. E nosso povo tem pressa, cansado de aleivosias e de promessas que nada constroem.

No momento, me domina um profundo sentimento de que as palavras que ora lhes dirijo, quais sementes lançadas em solo fértil, germinarão em suas mentes, onde crescerão as árvores frondosas cujas sombras acolhedoras abrigarão com segurança nossas gerações, onde as crianças sejam mais cuidadas, educadas e protegidas, os jovens tenham mais trabalho, oportunidades e esperança e os velhos, mais proteção e tranquilidade.

Só então o Brasil deixará de ser o sempre país do futuro, despertado nele o gigante adormecido que ele ainda encerra.

Transfiro a vocês, infelizmente, com tristeza, mas com esperança, essa imensa dívida social de que minha geração ainda é devedora e não soube pagar.

Reverenciando nosso passado, seremos dignos de nosso futuro.

Muito mais eu teria para lhes dizer e gostaria de fazê-lo; mas, não se assustem, não o farei agora. Reconhecendo que ela resultou demasiada extensa, face às limitações em tempo deste evento em que ela está sendo divulgada, reduzi sua leitura para apenas seis laudas, pinçando os aspectos que julguei mais importantes e interessantes para vocês, sem prejuízo da leitura de sua íntegra, cuja cópia, com satisfação, entrego à nossa querida Escola. Desejo a todos felicidades nas provas em que estão agora empenhados; não desanimem, vocês são Aspirantes, são VENCEDORES.

A prudência me aconselha a não abusar da paciência e da atenção que todos demonstraram em me ouvir até agora, pelo que lhes sou grato e me despeço com o já tradicional brado do Corpo de Aspirantes, que, como seu Comandante em 1968, tivemos a honra de instituir:

**“BRA - SIL! MA - RI - NHA!”**